

Senado aprova US\$ 1,2 bilhão para financiar microempresas

Empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento será utilizado pelo BNDES para estimular a geração de empregos. Governistas exaltam projeto, enquanto oposição cobra aplicação efetiva dos recursos para as micro



Senadores discutiram a autorização para o empréstimo, mas concordaram com a necessidade de destinar mais recursos para financiar as microempresas

O plenário do Senado autorizou ontem o BNDES a tomar um empréstimo de US\$ 1,2 bilhão junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, destinado ao apoio de pequenas e microempresas, urbanas e rurais, inclusive cooperativas. A idéia é estimular a geração de empre-

gos junto a um segmento que responde por 60% dos postos de trabalho. Na discussão da proposta, a base de apoio ao governo ressaltou a importância do empréstimo, mas a oposição aproveitou para questionar a atual falta de crédito para as microempresas.

PÁGINA 3

IMPACTO NA ECONOMIA

As pequenas e microempresas respondem por...

60% dos empregos gerados no país



21% da renda nacional



1,7% das exportações brasileiras



2% dos financiamentos do BNDES



Fontes: Sebrae/Senadores Luiz Estevão e Heloisa Helena

CPI DO JUDICIÁRIO

Advogado diz que juiz ameaçou mãe de menor

O advogado Joaquim Tomás Lopes disse ontem à CPI do Judiciário que desistiu de defender a mãe do herdeiro do Consórcio Itapemirim, Miramar da Silveira Lopes, porque o então juiz Asdrúbal Cruxen ameaçou retirar a guarda do filho, caso ela aceitasse os seus serviços. O contador Antonio Carlos Moraes, por sua vez, garantiu que o consórcio era "totalmente solvente".

PÁGINAS 4 E 5



Antonio Carlos compareceu à posse do novo presidente do STF, Carlos Velloso

ACM elogia mudança de postura do presidente

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, elogiou ontem o discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso, durante a posse do novo presidente do Supremo Tri-

bunal Federal, ministro Carlos Velloso. Para Antonio Carlos, FHC adotou uma nova estratégia, de "responder de pronto, não deixar assuntos sem resposta".

PÁGINA 6

CI: governos já podem fazer extração mineral

PÁGINA 8

Ministério da Defesa entra em discussão

PÁGINA 2

CPI dos Bancos ouve denúncia das contas CC-5

PÁGINA 2

Senado discute reorganização das Forças Armadas

Com parecer favorável da CCJ e da CRE, proposta cria o Ministério da Defesa e transforma Marinha, Exército e Aeronáutica em comandos militares, além de redefinir as atribuições de cada uma das Armas

O Senado discute terça-feira, em turno único, projeto de lei complementar que reorganiza as Forças Armadas e cria o Ministério da Defesa. De iniciativa do Poder Executivo, a proposta já foi aprovada pela Câmara, devendo ser deliberada agora pelos senadores. As comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado se manifestaram favoravelmente à matéria.

Além de criar o Ministério da Defesa, o projeto transforma os atuais ministérios (Marinha, Exército e Aeronáutica) em comandos militares, e redefina suas atribuições. O objetivo do governo é implementar a capacidade de defesa do país, modernizar e racionalizar as Forças

Armadas, com a conseqüente redução de despesas.

Na quarta-feira, o plenário realiza o terceiro e último dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à proposta de emenda constitucional que dispõe sobre a destinação de recursos da União, estados, Distrito Federal e municípios para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde.

Na mesma sessão, os senadores discutem, em turno único, projeto de decreto legislativo que aprova o texto do Protocolo de Integração Educacional para Prosseguimento de Estudos de Pós-Graduação nas Universidades dos Países Membros do Mercosul.



O plenário do Senado encerra nesta semana a discussão em segundo turno do substitutivo à proposta que trata de recursos para o SUS

CPI ouve na quarta procurador que descobriu fraude em remessas

A CPI que investiga o sistema financeiro vai ouvir na quarta-feira, a partir das 10h, o procurador da República Celso Antônio Três, que falará sobre o funcionamento das contas CC-5 do Banco Central, usadas para remessa de dinheiro para o exterior. Antes do depoimento do procurador, a comissão apreciará o relatório preliminar do senador João Alberto Souza (PMDB-MA) sobre a atuação dos bancos Marka e FonteCindam, juntamente com o Banco Central, durante a desvalorização do real, em janeiro.

O procurador Celso Antônio Três, de Cascavel (PR), analisou, conforme a revista *Veja* desta semana, cerca de 20 mil remessas ao exterior através das contas CC-5, investigando "lavagem" de dinheiro do tráfico de drogas e do contrabando. Conforme a revista, o procurador identificou 310 pessoas usadas como "laranja" pelos verdadeiros donos do dinheiro, que queriam ficar no anonimato.

Na última terça-feira, a CPI do Sistema Financeiro decidiu quebrar o sigilo bancário de todas as remessas feitas nos últimos anos pelas contas CC-5. Assim que a CPI receber a documentação do Banco Central, fiscais da Receita Federal passarão a analisar toda movimentação bancária, para verificar se os remetentes do dinheiro informaram as operações em suas declarações de renda e se seus

patrimônios são adequados aos valores remetidos para outros países.

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA), autor do requerimento de constituição da CPI do Sistema Financeiro, disse ter informações de que aproximadamente US\$ 60 bilhões saíram do Brasil pelas CC-5 nos últimos anos. Já o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, sustentou em depoimento à CPI que tais contas "são uma verdadeira lavanderia de dinheiro sujo".

O senador João Alberto informou que, em princípio, o depoimento do procurador da República será aberto à imprensa, mas se ele solicitar uma reunião fechada com os senadores o depoimento, ou parte dele, será reservado.

Durante a reunião de trabalho da CPI na manhã de ontem, os senadores decidiram ainda esperar por documentos que serão enviados pelo Banco Central sobre o programa de reestruturação e socorro aos bancos (Proer), promovido pelo governo. Somente depois de analisar essa documentação, segundo o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), é que a CPI decidirá sobre a convocação dos dirigentes das instituições financeiras que, de alguma forma, participaram do Proer. O autor do requerimento, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), concordou em esperar a documentação do Banco Central, informaram os senadores João Alberto e Eduardo Siqueira Campos.

Plenário e comissões mantêm atividades junto com as CPIs

Enquanto prosseguem os trabalhos de investigação das CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro, as atividades do Senado continuaram a se desenvolver normalmente durante esta semana (de 24 a 27 de maio), registrando-se a aprovação, em plenário, de decreto legislativo restaurando os direitos dos garimpeiros de Serra Pelada e de autorização de contratação de crédito externo para pequenas e microempresas.

O plenário também encerrou o segundo turno de votação da proposta de emenda à Constituição que acaba com o limite de 12% ao ano para as taxas de juros. Em virtude de aprovação de emenda de redação, a matéria retornou ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ainda nesta semana, a CCJ deu parecer favorável ao projeto que cria a Agência Brasileira de Inteligência e o Sistema Brasileiro de Inteligência, e iniciou a discussão de projeto de resolução que permite o refinanciamento dos precatórios.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional votou também o texto da Convenção 169 da OIT, que obriga os governos signatários a garantirem os direitos dos povos indígenas e tribais.

O projeto de lei complementar que cria o Ministério da Defesa e reorganiza as Forças Armadas recebeu pareceres favoráveis da CCJ e da CRE, e foi enca-

minhado ao plenário.

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou, em caráter terminativo, projeto coibindo a propaganda enganosa de remédios, alimentos e cosméticos, e remeteu ao plenário projeto estabelecendo jornada de seis horas diárias para enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem e parteiras.

A Comissão de Educação resolveu instalar subcomissão para acompanhar a programação das emissoras de rádio e televisão, e decidiu renovar as concessões de 13 emissoras de rádio.

Já a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura votou parecer favorável ao projeto da Câmara que autoriza os órgãos públicos a realizarem extração de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil.

Durante esta semana, a CPI do Judiciário ouviu os engenheiros Gilberto Morand Paixão e Antônio Carlos Gama e Silva, o jornalista José Eduardo Homem de Carvalho e o procurador da República no Rio de Janeiro, Daniel Antonio de Moraes Sarmento.

Enquanto isso, a CPI do Sistema Financeiro pediu à Secretaria da Receita Federal uma devassa nas declarações de renda e movimentação de contas bancárias dos controladores dos bancos Marka e FonteCindam e de ex-diretores do Banco Central.

CAE e CCJ decidem na terça sobre precatórios

As comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúnem-se na próxima terça-feira, às 10h30, para examinar o projeto de resolução do senador José Agripino (PFL-RN) que altera o artigo 12 da Resolução 78/98. A proposta permite a negociação de títulos emitidos para pagar precatórios que tiveram sua negociação suspensa por decisão da CPI que, em 1997, investigou irregularidades praticadas com esses papéis.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) pediu na quarta-feira passada que o Senado tome logo uma decisão a respeito desses papéis. Caso as duas comissões aprovem o projeto de José Agripino, Pernambuco, Alagoas, Santa Catarina, Campinas e Guarulhos poderão renegociar seus papéis. O relator da matéria na CAE, Francelino Pereira (PFL-MG), tem parecer favorável à iniciativa, mas ainda é necessário ouvir o parecer do senador José Fogaça (PMDB-RS), relator do projeto na CCJ.

MINISTROS DO STJ

Também na terça-feira, às 9h, a CCJ se reúne para examinar três mensagens do presidente da República submetendo à aprovação do Senado os nomes de Jorge Tadeo Flaquer Scartezini, Eliana Calmon Alves e Francisco Cândido de Melo Falcão Neto para exercerem os cargos de ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Se aprovados, eles ocuparão as vagas decorrentes das aposentadorias dos seguintes magistrados: Cid Flaquer Scartezini, Adhemar Ferreira Maciel e José Anselmo de Figueiredo Santiago.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 1999

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueias Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Microempresas ganham crédito de US\$ 1,2 bi

Empréstimo do BNDES junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é aprovado pelo plenário. Relator lembra que pequenos negócios podem proporcionar grande geração de empregos e exportações

O plenário do Senado aprovou projeto que autoriza o BNDES a contrair empréstimo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de US\$ 1,2 bilhão. Os recursos serão destinados ao apoio de pequenas e microempresas, urbanas e rurais, além de cooperativas e outras formas associativas de produção.

O relator da proposta, senador Luiz Estevão (PMDB-DF), ressaltou a importância das empresas de pequeno porte na geração de empregos. Segundo ele, cada R\$ 100 milhões em créditos investidos no setor proporcionam a criação de 10.200 empregos.

Luiz Estevão pediu a reversão das

tendências atuais que indicam uma liberação maior de créditos públicos para as grandes empresas. De acordo com dados do próprio BNDES, nos primeiros seis meses de 1998 apenas 2% dos recursos do banco financiaram atividades das micro e pequenas empresas:

– Cabe ao Senado Federal tomar providências para que este processo se inverta e o BNDES volte a destinar pelo menos 10% de seus recursos para essas empresas e, junto a isso, trabalhe para melhorar a distribuição regional dos recursos – observou o senador.

Luiz Estevão informou ao plenário

que requerimento de sua autoria foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos solicitando a convocação de dirigentes do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresas (Sebrae) para esclarecer como a instituição tem trabalhado para distribuir esses recursos:

– No Brasil, as pequenas e médias empresas respondem por apenas 1,7% das exportações, enquanto na Coreia do Sul o índice chega a 48%; na Alemanha, a 45%; e nos Estados Unidos, a participação chega a 54%. Estamos extremamente prejudicados por não prestigiar este importante setor – argumentou.

Votação do projeto provocou intenso debate entre senadores do governo e da oposição no plenário



Base governista defende projeto e lembra carência de recursos

Senadores da base governista destacaram ontem a importância da aprovação do projeto de empréstimo do BID. Edison Lobão (PFL-MA) ressaltou a capacidade do setor de gerar empregos e destacou as condições favoráveis do empréstimo:

– Há uma carência de três anos e meio e prazo de cinco anos para pagamento, com juros baixos. Os recursos do

BNDES não são inesgotáveis e é preciso buscar dinheiro externo para gerar empregos – defendeu o senador.

O senador Fernando Bezerra (PMDB-RN) também apoiou a entrada

no país de recursos externos para ala-



Jader apelou aos líderes da oposição para que aprovassem projeto

vancar o desenvolvimento. “Este empréstimo é fundamental porque o desenvolvimento do país não se fará apenas com a poupança interna”, frisou.

Jader Barbalho (PMDB-PA) fez um apelo às lideranças opositoras para que aprovassem o projeto: “É um equívoco manifestar-se contrariamente ao projeto. Quem dera todos os financiamentos fossem feitos através de instituições como o BID, do qual, aliás, o Brasil é sócio. Além disso, o contrato prevê juros altamente subsidiados.”

O senador Paulo Hartung (PSDB-ES) disse que a formulação de uma política

de crédito à produção é fundamental para a retomada do crescimento. “O país não está satisfeito apenas com a estabilidade econômica. Precisamos crescer e desenvolver a atividade produtiva”, defendeu. Hartung disse ser importante um posicionamento do Senado com relação ao crédito público.

– Dos 170 agentes habilitados junto ao BNDES apenas dez se credenciaram para trabalhar com as pequenas e médias empresas – observou.

Luiz Otávio (PPB-PA) pediu a revisão dos critérios de concessão de crédito, uma vez que as regiões Norte e Nordeste “têm sido prejudicadas”.

– Apenas 2% dos recursos do BNDES foram, em 1998, para a região Norte, e ainda assim destinados aos megaprojetos. As empresas regionais não têm tido acesso às linhas de crédito – lamentou o senador.

Oposição critica prioridades do BNDES

Do lado da oposição, o empréstimo suscitou debate sobre a destinação de recursos das agências oficiais para o setor produtivo. A senadora Heloísa Helena (PT-AL) denunciou a queda sucessiva na participação das empresas de pequeno porte no total dos créditos concedidos pelo BNDES.

– Em 1995, as grandes empresas respondiam por 78% dos recursos, enquanto as micro e pequenas receberam 12% dos créditos. Quatro anos depois, as grandes empresas aumentaram sua participação para 92% e as menores viram seus créditos diminuídos para 2% – informou a senadora.

Para Heloísa Helena, os dados comprovam que o BNDES tem recursos próprios para custear o apoio ao setor, “não sendo admissível que recorra a empréstimos internacionais”.

O senador Roberto Requião externou a mesma opinião, levantando ainda questionamentos sobre a comissão

de US\$ 12 milhões paga pelo Brasil no contrato. “A operação é inaceitável. O BNDES tem muito dinheiro, inclusive tendo financiado grandes grupos no processo de privatização”, lamentou.

José Eduardo Dutra (PT-SE) disse que cabe ao Senado tomar providências para que o governo federal altere a política de concessão de créditos. “Até parece que a decisão sobre a política adotada pelo BNDES é uma decisão divina sobre a qual não cabe qualquer questionamento”, ironizou:

– O BNDES seria um instrumento poderoso para diminuir as desigualdades, mas é ineficaz porque se guia pela luz do mercado.

Lauro Campos criticou o empréstimo jun-

to ao BID, dizendo que é uma forma usada pelo governo para “dispensar o empréstimo oferecido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)”:

– A crise que virá do aumento da dívida externa, provocado por empréstimos como este, trará a consciência ao Senado, que agora apóia as medidas que livram a cara do governo junto ao FMI – previu.

O líder do PSB, senador Antonio Carlos Valadares (SE), sugeriu que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) incluía, quando da apreciação de pedidos de empréstimos, disposições que obriguem o BNDES a destinar maior soma de recursos a pequenas e médias empresas.



Lauro voltou a criticar a elevação da dívida externa brasileira

Dívida do Suriname só será votada após informações

O plenário aprovou ontem requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) adiando a votação de projeto de resolução que autoriza a União a reescalonar a dívida assumida pelo governo do Suriname. Foi aprovado outro requerimento, também de Dutra, sobrestando a análise de projeto de resolução que autoriza a União a celebrar acordo com a Telecomunicações do Suriname. O senador solicitou que as matérias não sejam apreciadas até que o Ministério da Justiça envie informações sobre o assunto requeridas pelo Senado. Os projetos foram enviados à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 1999

1

Projeto de Resolução nº 31, de 1999 (Mensagem nº 203, de 1997). CAE. Autoriza a União a celebrar o Aditivo ao Acordo de Reescalonamento de Dívida firmado entre a República Federativa do Brasil e a República do Suriname.

Resultado: Lido requerimento do senador José Eduardo Dutra solicitando o sobrestamento da matéria, até o recebimento das informações solicitadas ao Ministro da Justiça, através do Requerimento nº 215, de 1999, da senadora Marina Silva. O requerimento vai à CAE, para exame. A matéria sai da Ordem do Dia para aguardar o pronunciamento da CAE sobre o requerimento.

2

Projeto de Resolução nº 32, de 1999 (Mensagem nº 204, de 1997). CAE. Autoriza a União a celebrar acordo com a Telecomunicações do Suriname, referente ao Convênio de Crédito firmado em 15 de dezembro de 1986.

Resultado: Lido requerimento do senador José Eduardo Dutra solicitando o sobrestamento da matéria, até o recebimento das informações solicitadas ao Ministro da Justiça, através do Requerimento nº 215, de 1999, da senadora Marina Silva. O requerimento vai à CAE, para exame. A matéria sai da Ordem do Dia para aguardar o pronunciamento da CAE sobre o requerimento.

3

Projeto de Resolução nº 53, de 1999 (Mensagem nº 99, de 1999). CAE. Autoriza o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 1,2 bilhão, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Resultado: Aprovado. À promulgação.

4

Requerimento nº 236, de 1999. Francelino Pereira. Solicita tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 104 e 107, de 1999, por versarem sobre restrição do consumo de bebidas alcoólicas em aeronaves comerciais de passageiros.

Resultado: Aprovado. Os projetos passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

5

Requerimento nº 237, de 1999. Edison Lobão. Solicita a tramitação conjunta dos projetos de Lei do Senado nºs 104 e 107, de 1999, por versarem sobre restrição do consumo de bebidas alcoólicas em aeronaves comerciais de passageiros.

Resultado: Prejudicado, em virtude da aprovação do item anterior.

6

Requerimento nº 242, de 1999. Lúcio Alcântara. Solicita a tramitação conjunta das propostas de Emenda à Constituição nºs 15 e 30, de 1999, por versarem sobre data de posse do presidente da República, dos governadores, dos prefeitos e respectivos vices.

Resultado: Aprovado. As propostas de Emenda à Constituição nºs 15 e 30, de 1999, passam a tramitar em conjunto e retornam ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

Advogado denuncia esquema para prejudicar herdeiro

Joaquim Tomás Lopes acusa juiz de Brasília de fazer ameaças para impedir que ele atuasse em processo de inventário envolvendo um patrimônio avaliado em R\$ 30 milhões

Em depoimento prestado ontem na CPI do Judiciário, o advogado Joaquim Tomás Lopes afirmou que "havia um esquema armado" na Justiça de Brasília para evitar que um advogado experiente acompanhasse o processo de inventário que favoreceria o herdeiro do Consórcio Nacional Itapemirim, Luiz Gustavo Nominatto. Acrescentou que desistiu de defender Miramar da Silveira Lopes, inventariante do espólio e mãe do herdeiro, porque foi expulso e ameaçado pelo então juiz Asdrúbal Vasques Cruxen, quando se apresentou, em reunião no tribunal de Brasília, para participar do processo de inventário. Segundo Lopes, o juiz ameaçou destituir Miramar da guarda do filho se ela aceitasse seus serviços de advogado.

O relator da CPI, senador Paulo Souto (PFL-BA), afirmou que os eventos relatados por Joaquim Lopes são "estranhos, de uma arbitrariedade impressionante". Observou ainda que o fato de o juiz ter ameaçado tirar o filho da viúva é "gravíssimo". O presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), pediu detalhes sobre a discussão, concluindo que Lopes adotou "uma solução prática e humana", tendo em vista que Miramar, ao ser ameaçada pelo juiz, recebeu perder a guarda do filho e pediu ao advogado que se retirasse do processo.

Joaquim Lopes disse que a mãe de Luiz Gustavo havia solicitado seus



Advogado (D) disse aos senadores que juiz o expulsou de reunião sobre o processo de inventário

trabalhos para acompanhar o processo de inventário porque queria um advogado experiente, temendo que o patrimônio, avaliado em R\$ 30 milhões, fosse dilapidado. Ele aceitou a causa, mas desistiu no mesmo dia, segundo relatou aos senadores, depois de ter sido ameaçado pelo juiz responsável pelo caso e, principalmente, depois de ver sua cliente também ameaçada.

O advogado contou que, ao entrar no tribunal, o juiz lhe disse, de modo agressivo, que, se ele insistisse em atuar em favor de Miramar, seria processado por falta de ética profissional, pois a causa já estava aos cuidados da advogada Maria das Graças Leão. Lopes ressaltou que, desde o início do processo, avisou à mãe do herdeiro que trabalharia ao lado da advogada nomeada para acompanhar o inventário.

Diante da afirmação do juiz, ele respondeu que somente a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) poderia processá-lo por falta de ética. Foi quando o juiz "mudou de tática", segundo o advogado, e passou a ameaçar a viúva.

— Fui, dessa forma, impossibilitado de atuar no processo. Não que-

riam a intromissão de um advogado experiente e independente, que não aceitaria suborno. O juiz, a meu ver, cometeu crime contra a ética funcional, por ter ameaçado minha cliente — disse Lopes.

O advogado acredita que, se tivesse participado do processo de inventário, a dilapidação do patrimônio do herdeiro da Itapemirim poderia ter sido evitada, pois teria acompanhado tudo desde o início.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) concordou que a denúncia é "estranhadora", e disse que, sendo filho e neto de magistrados, nunca viu ocorrência semelhante. "Primeiro o juiz tentou coagir o advogado, depois tentou coagir a parte, e tudo isso aconteceu em Brasília, perto do Supremo Tribunal e do Congresso Nacional", comentou Jefferson.

Os senadores Ramez Tebet, Djalma Bessa (PFL-BA) e Gerson Camata (PMDB-ES) perguntaram quem participou da reunião no tribunal, além do juiz e da mãe do herdeiro. Lopes respondeu que estavam presentes a advogada Maria das Graças Leão, o inspetor judicial Roberto Jorge Dino e um representante do Ministério Público. Pelo fato de Lopes ter estranhado a presença de um inspetor judicial numa reunião daquelas, o senador Carlos Wilson (PSDB-PE) requereu à CPI o depoimento de Roberto Jorge Dino.

Grupo chegou a ser o segundo maior do ramo

O contador Antonio Carlos Moraes, que atuou junto ao Consórcio Itapemirim até 1987, acredita que, mesmo que todas as empresas fossem mal durante a administração judicial, não haveria possibilidade de o grupo contabilizar um débito de cerca de R\$ 7 milhões. Moraes fez a afirmação em resposta à pergunta do senador Djalma Bessa, durante seu depoimento ontem à CPI que investiga denúncias de irregularidades no Poder Judiciário.

Em resposta ao relator da CPI, senador Paulo Souto, Moraes disse que havia indicações de que a empresa tinha possibilidades de crescimento na época da morte de seu proprietário, Washington Nominatto. Moraes, que à época era consultor do empresário, revelou que ele tinha intenção de comprar quatro aviões bimotORES nos EUA, à vista, para constituir uma empresa de táxi aéreo.

— Não posso crer que uma pessoa que esteja quebrando tome essa decisão — afirmou o contador, acrescentando que Nominatto tinha grande visão empresarial.

Na época em que Nominatto morreu, disse Moraes ao senador Carlos Wilson, o consórcio era o segundo maior do Brasil, entregando cerca de 600 carros por mês.

O senador Gerson Camata perguntou se Miramar Lopes, mãe do filho de Nominatto, procurou para ajudá-la a salvar o patrimônio da empresa. Moraes informou que ela o chamou para atuar somente "depois do leite derramado". Quando Nominatto morreu, continuou, ele se ofereceu, mas mais tarde não

poderia se envolver, pois era responsável por processos no Conselho Regional de Contabilidade (CRC) do Distrito Federal contra contadores que haviam participado da administração do consórcio.

Moraes informou que, em laudo elaborado pelo perito João D'Ávila, em abril de 1992, foram detectadas fraudes em documentos e outros cálculos feitos pela empresa de auditoria Organimática. Solicitado a comparar a reputação do perito e da empresa, Moraes disse que não há reparos a fazer ao trabalho de D'Ávila, enquanto a empresa, de Roger Blazer, nem está constituída regularmente na junta comercial de Goiânia.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) quis saber por que uma firma de Goiânia foi contratada para fazer auditoria no consórcio, se a sede da empresa e o órfão de Nominatto, Luiz Gustavo, estavam em

Brasília. Segundo Moraes, o auditor Roger Blazer morava em Goiânia, assim como a contadora que se responsabilizou pelas avaliações.

O processo judicial da administração do Consórcio Itapemirim indica que as empresas do grupo foram adquiridas pelos administradores da massa falida, o que é proibido, segundo Moraes. Ele listou ainda pessoas que estariam envolvidas no "conluio de irregularidades", como três contadores que foram suspensos por seis meses pelo CRC do exercício da profissão. Assim, Paulo Souto apresentou requerimento, aprovado pela CPI, para que os processos que culminaram na punição aos contadores sejam examinados.

Para Souto, administradores não se cercaram de pessoas idôneas

Com o depoimento do contador Antonio Carlos Moraes, o relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no Poder Judiciário, senador Paulo Souto, acredita que ficou claro que os administradores do Consórcio Itapemirim não se cercaram de pes-

soas idôneas.

— O contador apontou ilegalidades na auditoria e na contabilidade que determinaram a venda dos bens. Os laudos que indicam prejuízos na empresa podem ser considerados ilegais — afirmou Souto, anunciando que a CPI deve pedir a

quebra do sigilo bancário do consórcio, antes de investigar as contas dos administradores.

No mesmo sentido, o senador Djalma Bessa, diante do balanço contábil inicial do Consórcio Itapemirim, acredita que os administradores e contadores só poderiam ter apon-

tado débitos na empresa por incompetência ou má-fé.

Souto deixou claro que o papel da CPI não é recuperar parte da herança de Luiz Gustavo Nominatto. "Podemos instruir e encaminhar o processo ao Ministério Público e autoridades competentes", disse.



Paulo Souto anuncia que CPI deve pedir a quebra do sigilo bancário do Consórcio Itapemirim

Contador diz que Consórcio Itapemirim era solvente

Ao depor, ele considera sem “qualidade legal” peças de auditoria juntadas aos autos do inventário de Washington Nominatto, cujo espólio teria sido dilapidado, conforme denúncia feita à CPI do Judiciário

Em depoimento à CPI que apura denúncias de irregularidades no Poder Judiciário, o contador Antonio Carlos Moraes, que trabalhou para o Consórcio Itapemirim de 1984 até 1987, afirmou que o consórcio era “totalmente solvente” até o falecimento de Washington Nominatto, proprietário da empresa, em novembro de 1987.

Moraes contou ter conhecido Nominatto em 1982 e disse que em 1984 colaborou com a constituição do Consórcio Itapemirim, do qual foi contador até 1986, quando “o crescimento vertiginoso da empresa a tornou grande demais para que continuasse o serviço”. Mas informou ter prestado serviço de assessoria contábil a Washington Nominatto até a morte dele, em novembro de 1987.

– De 1984 até a data de sua morte, estive muito próximo a ele no andamento de suas atividades



Antonio Carlos Moraes denunciou o uso de pareceres sem conteúdo técnico-legal

empresariais – relatou.

O contador denunciou a utilização de diversos pareceres “sem conteúdo técnico-legal” após a morte de Washington Nominatto. Moraes disse que as peças de auditoria juntadas aos autos, de autoria da empresa Organimática, de Goiânia, não têm qualidade legal. Afirmou serem assinadas por um leigo, Roger Blazer, e dis-

se que a empresa é “fantasma”. Além disso, informou que alguns dos “pseudo-auditores” tinham vínculo empregatício com o grupo Itapemirim.

– Um auditor precisa ser independente – afirmou Moraes, para depois destacar que algumas das pessoas que assinaram os pareceres e balanços da Organimática chegaram a ser condenadas pelo

Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal.

O contador disse também que, ainda assim, um desses pareceres registra que, em 1988, o consórcio tinha um ativo de R\$ 820 milhões e um passivo de R\$ 780 milhões.

– Tinha saldo credor. Poderia haver insolvência de algumas empresas, mas não do consórcio – garantiu.

Moraes informou que Miramar da Silveira Lopes, mãe do filho de Nominatto, contratou o contador João D’Ávila para fazer perícia em todas as empresas. Segundo Moraes, D’Ávila é um contador de renome no Distrito Federal e contestou a legalidade da contabilidade apresentada pela Organimática, inclusive registrando subavaliação de imóveis.

– Era preciso recorrer a uma perícia requerida por parte que não tivesse interesse no negócio: a Justiça – defendeu o contador.

Estevão esclarece telefonemas recebidos de juiz

Rebatendo notícia publicada ontem no jornal *Correio Braziliense*, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) garantiu que é completamente improcedente a informação de que ele teria recebido dezenas de telefonemas do juiz Nicolau dos Santos Neto, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, que está sendo acusado de envolvimento em improbidade administrativa.

O senador pelo Distrito Federal disse que se lembrava de ter recebido apenas dois telefonemas de Nicolau dos Santos Neto, em vez dos 44 apontados pelo jornal, baseado na quebra do sigilo telefônico dos responsáveis pela construção do Fórum Trabalhista de São Paulo. No primeiro, no Natal de 1997, o juiz o saudou pelo final do ano, e no segundo, no dia 5 de outubro de 1998, Nicolau o parabenizou pela vitória na eleição para senador, segundo informou.

Luiz Estevão explicou que os telefones celulares citados na matéria, para onde supostamente foram feitas as ligações, deixaram de ser usados por ele após o final da campanha política de 1994, por terem se tornado do conhecimento de um grande número de pessoas, e que este fato, inclu-

sive, seria do conhecimento da imprensa de Brasília.

– A partir daquele momento passei não só a trocar aqueles telefones, desde fevereiro de 1995, como também passei a fazê-lo de forma sistemática, o que aliás foi

cam”, justificou. Luiz Estevão admitiu que responderá ao que considera calúnias e tentativas de difamação através de ações impetradas na Justiça.

Luiz Estevão disse que tem convivido com “ações desesperadas” de

dados pelas denúncias que estavam fazendo. Lembrou que, entre outras acusações, quiseram atribuir a ele um suposto favorecimento em duas licitações realizadas pelo Tribunal de Justiça do DF, só que nenhuma de suas empresas havia vencido os processos licitatórios ou participado das obras.

Matéria publicada no jornal do Sindicato dos Servidores Públicos Federais, ligado à CUT, também foi citada por Luiz Estevão como outra investida contra ele. Sob o título *O calote do ano*, o texto dizia que a Justiça havia decretado a falência da Encol, e que ela era “uma das três empresas do Grupo OK, de propriedade do senador Luiz Estevão, do PMDB do DF”.

– Seria risível se não fosse um crime, se não fosse uma vergonha esse tipo de procedimento. Qualquer pessoa que tenha acompanhado o mercado imobiliário nos últimos anos no Brasil sabe da existência e da falência da empresa Encol, e sabe mais do que isso: que eu jamais fiz parte do quadro funcional, diretivo ou associativo dessa empresa – afirmou Luiz Estevão, que recebeu apertes de solidariedade dos senadores Edison Lobão (PFL-MA) e Iris Rezende (PMDB-GO).



Luiz Estevão afirma que tem convivido com “ações desesperadas” de adversários

objeto de uma matéria na *Veja*, em fevereiro deste ano. A revista disse, de maneira até exagerada, que eu trocava os números dos meus telefones celulares a cada semana – registrou Luiz Estevão.

Ao dar esta explicação, o senador disse que lamentava a publicação de meias-verdades, o que, segundo ele, é tão cruel, leviano e irresponsável quanto a publicação de uma mentira, “principalmente quando a integralidade da verdade é conhecida daqueles que a publi-

adversários políticos inconformados com o resultado das últimas eleições. A que teve maior repercussão, segundo ele, foi a apresentação, por representantes do PT, de um volume de documentos na CPI do Judiciário propondo a investigação do seu relacionamento com a Justiça do Distrito Federal.

O senador salientou que seus adversários, apesar de terem levado o assunto à imprensa, não tiveram coragem de assinar um requerimento assumindo a responsabili-

Plenário aprova pesar pela morte de ex-senador

O plenário do Senado aprovou requerimento de pesar pela morte do ex-senador Vicente Bezerra Neto – advogado, jornalista, militante político do PTB de Getúlio Vargas até os tempos da ditadura que extinguiu o partido, quando se tornou membro fundador do MDB.

Para o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), que apresentou o requerimento de condolências à família e ao partido, Vicente Bezerra Neto foi um homem honrado, como há poucos hoje em dia.

“Nunca vacilou em suas posições políticas, nunca trocou de partido, a não ser quando o PTB foi extinto. Jamais tomou atitudes que pudessem denegrir sua imagem”, ressaltou.

Bezerra disse ter sido o ex-senador o responsável pela sua entrada na política.

“Tive dois inspiradores, Getúlio Vargas por sua luta pelo trabalhador e seus direitos, e Vicente Bezerra pelo exemplo de retidão e honradez que me mostrou. Além de político, foi também escritor, com obras e monografias publicadas, das quais destaco *O Estrangeiro nas Leis do Brasil*, ressaltando sua condição de emérito conferencista de temas jurídicos.”

A Mesa se associou às homenagens ao ex-senador, e também o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) exaltou a figura de Vicente Bezerra Neto.

ACM vê "nova direção" em discurso presidencial

Presidente do Senado elogia pronunciamento de Fernando Henrique Cardoso e comenta que governo deve "responder de pronto e tomar medidas que desgostem seja lá quem for, desde que agradem à população"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem, após a solenidade de posse do ministro Carlos Velloso na presidência do Supremo Tribunal Federal, que o discurso pronunciado pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, marca uma nova estratégia de atuação do governo.

– Gostei muito. Concordo com as críticas que ele fez. Estou sentindo que esse discurso de hoje já é uma estratégia, uma nova direção. Acho que ele vai por aí – afirmou.

O senador definiu assim a mudança:

– Responder de pronto, não deixar assuntos sem resposta,

tomar medidas que desgostem seja lá quem for, desde que agradem à população. Acho que essa é a nova linha, com a qual me solidarizo – disse.

Sobre a última pesquisa do Ibope, da qual tomou conhecimento pelos jornalistas, Antonio Carlos disse que o resultado de 18% de aprovação para Fernando Henrique não é novidade, apenas coincide com o anterior.

– O ideal seria que ele estivesse melhor. Eu espero que ele melhore. Acho difícil alcançar os níveis anteriores, mas vai melhorar, não tenho dúvida – declarou.

Já a respeito do discurso de posse do presidente do Supremo, o senador comentou que, "embora

tenha divergências comigo, como é natural que ele tenha, defendeu boas teses; não posso concordar com todas, mas concordo com a grande maioria". Uma das convergências é quanto à necessidade de agilizar a reforma do Judiciário:

– Nós todos queremos fazer a reforma do Judiciário com a maior presteza, sobretudo o povo brasileiro, que é a maior vítima da falta dela – concluiu.

O presidente do Senado enfatizou que não prevê problemas de relacionamento com o ministro Carlos Velloso.

– Essa convivência não é fácil nem difícil. Temos que conviver e vamos conviver. Espero que bem – assinalou.



Jucá aponta equilíbrio do mercado financeiro como demonstração de que as denúncias "caíram no vazio"

Jucá diz que denúncias não têm respaldo da sociedade

A reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* sobre as gravações de telefonemas entre o presidente da República e auxiliares não teve respaldo da sociedade. Essa foi a avaliação do senador Romero Jucá (PSDB-RR), ao comentar ontem a repercussão que o assunto está obtendo.

Segundo o senador, a alta nas bolsas de valores e a queda na cotação do dólar são o indício de que a sociedade quer a união de todos os partidos para que o

país possa trilhar o caminho do desenvolvimento.

Jucá também destacou a indignada reação do presidente Fernando Henrique, que disse não aceitar mais denúncias sem provas. O senador apelou à classe política para que não ecoe questões de teor político-eleitoral que têm o único objetivo de complicar o trabalho do governo. Para Jucá, "as denúncias caíram no vazio" e a resposta da sociedade é o equilíbrio do mercado financeiro.

Para Valadares, governo infringiu a Constituição e a lei das licitações

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou ontem, em plenário, que a nota divulgada pelo presidente da República em resposta à reportagem publicada na terça-feira pelo jornal *Folha de S. Paulo*, sobre a privatização da Telebrás, contendo trechos de conversas telefônicas grampeadas no BNDES, poderia ter sido "mais cuidadosa".

– O palácio teve tempo para preparar uma resposta mais elaborada. A que foi divulgada na quarta-feira não evitou que o presidente entrasse em contradição e fosse ridicularizado pela nação. Mas a verdade é que Fernando Henrique incorreu em erro fundo e seus aliados tiveram dificuldade para defendê-lo – garantiu o senador.

Valadares disse que alguns trechos da nota "chegam a dar pena" e considerou "inconcebível que o dirigente de um país afirme em documento oficial que leilão não é licitação". Ele citou o livro *Eficácia nas Licitações*, do professor Carlos Pinto Mota, que afirma, na página 331, que "o leilão é uma modalidade de licitação".

O senador declarou estar convencido de que os diálogos transcritos pela *Folha* revelam "de maneira indefensável" que Fernando Henrique Cardoso, assim como Luiz Carlos Mendonça de Barros, ex-ministro das Comunicações, e André Lara Rezende, ex-presidente



Valadares afirma que alguns trechos da nota do presidente da República "chegam a dar pena"

do BNDES, infringiram a Constituição e a Lei 8.666, das licitações.

Para Valadares, a "maneira transparente" com que o presidente da República e alguns dos seus auxiliares mais credenciados tomaram partido em favor de um dos consórcios concorrentes, liderado pelo Banco Opportunity, no leilão da Telebrás, é "a prova do delito".

– O governo incorreu em erro inapelável. A não ser que reconheça que merece ser investigado e aceite que o Congresso Nacional aprove a CPI das Privatizações – observou.

Ao se solidarizar com Valadares, a senadora Heloisa Helena (PT-AL) afirmou que os fundamentos da nação brasileira estão sendo "corroídos pela banalização do desemprego, da miséria e da violência", acrescentando que "agora querem também banalizar a corrupção".

ALAGOAS

Em seu discurso, Valadares também discordou das exigências e do

tratamento que o Poder Judiciário de Alagoas está dando ao governador do estado. Ele não vê razão para apoiar o Judiciário alagoano, que aprovou a intervenção no estado porque o governo não dispõe dos recursos exigidos como parte do pagamento da rolagem da dívida.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ressaltou que a situação de Alagoas não difere da de outros estados e municípios. Antonio Carlos Valadares se solidarizou com os integrantes da bancada de Alagoas, como a senadora Heloisa Helena e o senador Djalma Falcão (PMDB-AL), que no momento presidia a sessão. Esclareceu que se antecipou para falar sobre o pedido de intervenção porque havia tomado café da manhã com o governador Ronaldo Lessa, que pertence ao seu partido, e que lhe fez um relato das suas dificuldades.

Moreira elogia Vasp por incentivar agentes de viagens

A decisão do presidente da Vasp, Wagner Canhedo, de conceder 13% de comissão aos agentes de viagens nas vendas dos bilhetes da empresa mereceu os cumprimentos ontem do senador Moreira Mendes (PFL-RO). O senador, que também é presidente do Sindicato das Empresas de Turismo do Estado de Rondônia, disse que a iniciativa de Canhedo vai beneficiar cerca de oito mil agências de viagens filiadas aos 24 sindicatos de empresas de turismo, fortalecendo um setor que, "em face dos altos custos e da baixa margem de lucratividade,

vem atravessando grandes dificuldades no momento atual".

– Espero que as outras empresas do ramo também se sensibilizem com o problema dos agentes de viagens e sigam o mesmo caminho da Vasp, aumentando o percentual de comissão nas suas vendas e estimulando, assim, um setor que tem uma importância significativa na promoção do turismo nacional, na geração de milhares de empregos e de riquezas, reconhecendo sua relevância na economia nacional – acrescentou o senador por Rondônia.



Moreira Mendes lembra que agências de viagens estão enfrentando dificuldades e devem ser fortalecidas



Álvaro Dias afirma que a *Gazeta do Povo*, fundada em 1919, já nasceu com "índole avançada" para seu tempo e compromissada com a ética

Álvaro Dias homenageia o jornal *Gazeta do Povo*

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) comunicou ao plenário que, por iniciativa do deputado Luiz Carlos Hauy, estava se realizando ontem na Câmara dos Deputados sessão solene em comemoração aos 80 anos do jornal paranaense *Gazeta do Povo*. O senador se associou às homenagens e disse que era justo que também no Senado fosse destacada a importância do evento, porque "não é comum jornais brasileiros alcançarem o nível de longevidade conseguido pelo vibrante matutino".

Fundado por Benjamim Lins, a 3 de fevereiro de 1919, o jornal, disse Álvaro Dias, "já nasceu com uma filosofia de índole avançada para seu tempo" e comprometido com a ética na profissão.

Álvaro Dias destacou o papel da *Gazeta do Povo* em prol do desenvolvimento do Paraná, com o patrocínio de campanhas em benefício do estado, como a luta pela percepção de *royalties* pela instalação em seu território da Hidrelétrica de Itaipu.

O jornal também defendeu, 25 anos atrás, a compensação do estado pelo alagamento de suas terras férteis. Recentemente, lembrou o senador, o jornal lutou pela instalação de equipamento para pouso por instrumentos no Aeroporto Internacional Afonso Pena.

O senador pelo Paraná estendeu a sua homenagem aos diretores da *Gazeta do Povo*, jornalistas Francisco Cunha Pereira Filho e Edmundo Lemanski.

Filmes americanos tomam espaço dos brasileiros, denuncia Eduardo

Senador recebe informação de que salas não cumprem legislação e reservam espaço cada vez menor ao cinema produzido no país

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) recebeu a denúncia de que salas de cinema não estão cumprindo a legislação que reserva espaço para exibição de filmes nacionais. Ele disse ainda que bons filmes brasileiros estão ameaçados de ficar sem espaço, tamanha a invasão dos filmes norte-americanos.

Eduardo falou especialmente de *No Coração dos Deuses*, longa-metragem de Geraldo Moraes totalmente rodado no Tocantins. Ele assistiu à pré-estréia do filme, durante as comemorações dos 10 anos da inauguração da cidade de Palmas, e ficou preocupado com o fato de que um filme com tantas qualidades possa não encontrar mercado para a sua exibição.

— Ocorre que, além de algumas produções que conseguiram entrar no Brasil através de esquemas de mídia e de comercialização articulados



Eduardo Siqueira Campos pede ao Senado que faça um relatório técnico sobre as condições do cinema nacional

desde o exterior, é cada vez mais escasso o espaço reservado à filmografia nacional — explicou o senador.

Para concluir, o senador lembrou a necessidade de que o Senado faça um relatório técnico sobre as condições do cinema

brasileiro. O documento pode servir, segundo disse Eduardo, como subsídio para futuras ações da Casa no sentido de revitalizar uma política em favor do cinema nacional, visando a aspectos como produção e comercialização.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*
7h — *Saúde Todo Dia* — Baixo impacto
7h30 — *Especial UNIP* — Botânica — 1ª parte
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Saúde Todo Dia* — Ginástica Olímpica
8h30 — *Jornal do Senado*
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Sessão plenária* (vivo)
12h30 — *Entrevista* — O senador ErnanDES Amorim fala sobre os financiamentos para o setor agrícola
13h — *Cores do Brasil* — Espírito Santo
13h30 — *Consulta Marcada* — O senador Tião Viana, médico infectologista, fala sobre a hepatite e suas consequências para a saúde do homem
14h30 — *Sessão plenária* (representação)
18h30 — *Entrevista* — O senador ErnanDES Amorim fala sobre os financiamentos para o setor agrícola.
19h — *Cores do Brasil* — Espírito Santo
19h30 — *Consulta Marcada* — Senador Tião Viana fala sobre a hepatite e suas consequências para a saúde.
20h30 — *Entrevista* — O senador ErnanDES Amorim fala sobre os financiamentos para o setor agrícola
21h — *Jornal do Senado*

21h15 — *Consulta Marcada* — Senador Tião Viana fala sobre a hepatite e suas consequências para a saúde
21h55 — *Senado em Pauta*
22h — *Projeto E* — Preparando-se desde jovem
23h — *Espaço Cultural* — Entrevista com o violonista Renato Andrade e com a cantora brasileira Célia Porto

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
9h — *Sessão Plenária* (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — *Sessão Plenária* (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação

Na entrevista ao *Casseta & Planeta*, Antonio Carlos diz que objetivo das CPIs é fazer um bom trabalho



A atriz Lucélia Santos também esteve na quarta-feira com o presidente do Senado

Turma do Casseta entrevista ACM

A agenda do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, na quarta-feira, não estava repleta apenas de questões políticas, legislativas e administrativas.

O senador foi "entrevistado" pela *troupe do Casseta & Planeta*, que colheu depoimentos bem-humorados de diversos parlamentares, explorando a "concorrência" que as CPIs da Casa estariam fazendo às novelas, pela audiência dos telespectadores brasileiros.

Descontraído, Antonio Carlos disse aos humoristas da Rede Globo que sua única

preocupação é que as comissões parlamentares de inquérito em funcionamento no Senado (investigando denúncias de irregularidades no Poder Judiciário e no sistema financeiro) "façam um bom trabalho e cumpram seu dever". Não há qualquer motivação em fazer concorrência com as novelas exibidas pela televisão, observou com humor.

LUCÉLIA SANTOS

Antonio Carlos Magalhães recebeu, também na quarta-feira, visita da atriz Lucélia Santos.

CI autoriza governos a extraírem recursos minerais

Comissão de Infra-Estrutura aprova projeto da Câmara que permite à União, aos estados, DF e municípios a exploração direta de jazidas de areia ou saibro para aplicação em obras executadas pelo poder público

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) aprovou ontem parecer da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) favorável ao projeto de lei da Câmara que permite que órgãos da administração direta e autárquica da União, estados, Distrito Federal e municípios realizem a extração de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil para uso exclusivo em obras públicas executadas diretamente por esses órgãos.

O projeto, já aprovado na Câmara dos Deputados, impede a comercialização do produto extraído, destaca em seu relatório a senadora Emilia, que também preside a CI:

– Na ausência de tal norma – disse a senadora, referindo-se à permissão prevista no projeto – esses órgãos vêm sendo obrigados a adquirir de particulares, titulares de concessão de lavra, essas substâncias com desnecessário acréscimo de custo. O projeto eliminará intermediários – acrescentou.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) explicou que, com a medida, os estados e municípios poderão, por exemplo, extrair areia ou saibro em suas áreas administrativas, mas não em outros estados.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) externou preocupação com a frase “respeitando os direitos minerários em vi-



Comissão decidirá na próxima reunião data de audiência pública sobre Telebrás

gor nas áreas onde devam ser executadas as obras”, contida no texto do projeto. No seu entender, tal redação pode dar a interpretação de que os direitos não deveriam ser respeitados em outras áreas. A senadora Emilia Fernandes disse acreditar que os direitos serão respeitados. O projeto será examinado agora em plenário.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A comissão deixou para a próxima reunião a definição de data para a audiência pública com o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, e o presidente do Conselho Diretor da Anatel, Renato Navarro Guerreiro, para fazerem um balanço do primeiro ano de privatização do sistema Telebrás, sob o ponto de vista do atendimento ao usuá-

rio. A audiência foi requerida por Emilia Fernandes e aprovada pela comissão em 11 de março último.

Na reunião ontem, a senadora apresentou novo requerimento, que também será votado na próxima reunião, solicitando a participação, na audiência, do deputado estadual Gilmar Tato (PT-SP), relator da CPI da Telefonia de São Paulo; de representante da Federação Nacional dos Telefônicos (Fitel) e do jornalista Aloisio Biondi, que está lançando um livro sobre as privatizações.

Também participaram da reunião da comissão os senadores Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Juvêncio da Fonseca (PFL-MS), Osmar Dias (PSDB-PR) e Geraldo Cândido (PT-RJ).

Iris apóia FHC e quer socorro para municípios

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) reafirmou ontem a sua confiança no presidente Fernando Henrique Cardoso. Iris disse que é fácil apoiar um governo quando tudo vai bem, mas, quando o governo enfrenta problemas, apoiá-lo é um imperativo de quem tem consciência e responsabilidade para com o país. O senador também pediu solução para a crise financeira que afeta os municípios. “No momento, só mesmo uma injeção de verbas por parte do governo federal será capaz de impedir o pior”, avaliou o senador.

Iris Rezende lembrou a realização, em Brasília, da 2ª Marcha dos Prefeitos para protestar contra a situação de “penúria e indignação” dos municípios e alertar para a urgência de reformas profundas que configurem um pacto federativo realmente justo e equilibrado. “Entretanto, até o momento, as autoridades federais ainda não se posicionaram a respeito das reivindicações de caráter emergencial contidas na Carta Municipalista de Brasília”, afirmou.

Segundo Iris, a Constituição consolidou uma prática comum ao regime militar, que centralizava recursos com a finalidade de manter o controle dos governos

estaduais e das prefeituras:

– Esta centralização penaliza essencialmente o povo. São os mais de 5,5 mil municípios que abrigam os 150 milhões de brasileiros com suas carências e necessidades. No entanto, as cidades ficam com apenas 4,5% do Produto Interno Bruto. Basta dizer que somente ao funcionalismo público federal, ativo e inativo, são destinados 7% do PIB – explicou.

Iris defendeu uma política emergencial de socorro aos municípios enquanto não se aprova a reforma tributária e pediu que o presidente da República faça um chamamento geral a todas as forças vivas do país para um trabalho coletivo amplo e duradouro. “Os prefeitos são um enorme potencial de idéias; trazem a inestimável experiência dos que lidam com os problemas do povo no dia-a-dia; têm soluções simples, baratas e eficientes para as dificuldades brasileiras. Estão apenas à procura dos mecanismos para que possam implementar suas propostas. Querem ser ouvidos e considerados”, concluiu.

Em aparte, Roberto Requião (PMDB-PR) disse ter opinião oposta à de Iris em relação às gravações de conversas entre o presidente e auxiliares. O senador obser-



Iris: prefeituras precisam de apoio urgente, antes mesmo da reforma tributária

vou que, como as palavras são a matéria-prima do pensamento, a “pobreza vocabular dos interlocutores” indicava que os envolvidos estavam realmente manipulando a privatização da Telebrás. Segundo Requião, as conversas apontam para a criação de uma espécie de Proer para beneficiar grupos da preferência do presidente e do então ministro Mendonça de Barros.

Romeu Tuma (PFL-SP) reafirmou o desespero de prefeitos na busca de solução para as dificuldades que não são recentes, mas se arrastam há muito tempo. Segundo ele, os prefeitos vêm à Brasília, falam com o governo e com o Congresso Nacional, mas vão embora sem saber o que acontecerá no dia seguinte.

Maguito homenageia Jataí pelos 104 anos de fundação

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) prestou uma homenagem ao município de Jataí, em Goiás, que no dia 31 de maio comemora seu 104º aniversário de emancipação política. Foi em Jataí, sua cidade natal, que o senador goiano iniciou sua trajetória política, como vereador.

Situada no sudoeste do estado, a 320 quilômetros de Goiânia, Jataí é hoje, segundo Maguito, um dos maiores produtores de grãos do país, especialmente de soja. O senador disse que o município tem se destacado no processo de agroindustrialização de Goiás, atraindo investimentos de mais de uma dezena de empresas nacionais e multinacionais. Além do aspecto econômico, de acordo com o senador, Jataí tem se distinguido também nos setores educacional, esportivo e turístico, entre outros.

Maguito Vilela elogiou o trabalho do atual prefeito, Humberto Machado, que “com sua gestão está fazendo Jataí dar



Maguito lembrou que Jataí é um dos maiores produtores de grãos do país, especialmente soja

um salto enorme de desenvolvimento”. O senador destacou, também, o trabalho da Câmara Municipal, do deputado federal Geovan Freitas e do deputado estadual Nelson Antônio, eleitos pela cidade no último pleito. “São pessoas de grande valor moral e público, que tem contribuído bastante com o progresso do município”, afirmou.

Tuma doa livro sobre novo Código de Trânsito

Ao comunicar que estava encaminhando à Biblioteca do Senado Federal um exemplar do livro *Direito de Trânsito*, do delegado da Polícia Civil de São Paulo Francisco Guimarães do Nascimento, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) fez uma breve exposição sobre as principais idéias apresentadas pelo autor. O senador afirmou que esse livro é a primeira obra a estudar o novo Código de Trânsito Brasileiro de forma sistemática, profunda e abrangente.

Na opinião de Romeu Tuma, ao ser incluído no acervo da Biblioteca do Senado, o livro se constituirá em fonte de inspiração de estudos e propostas dos senadores que aprimorem o Código de Trânsito e aumentem a segurança dos cidadãos. Tuma considerou o assunto como de maior importância para o país:

– E esta importância continua a crescer por força de funestos acidentes, como o que tirou a vida, na madrugada do dia 18 deste mês, de um dos mais admirados escritores e teatrólogos brasileiros. Refiro-me a Dias Gomes, que se notabilizou como autor da peça *O Pagador de Promessas*, além

de sucessos do teatro e da tevê, entre os quais se incluem novelas reputadas internacionalmente, como *O Bem Amado*, *Roque Santeiro* e *Saramandaia* – disse o senador, acrescentando que a morte do escritor decorreu de desrespeito a normas fundamentais de trânsito.

Citando o autor do livro, Romeu Tuma informou que um dos principais objetivos da obra é esclarecer as dúvidas que o Código de Trânsito Brasileiro vem suscitando devido à falta de uma interpretação sobre esse texto legal. Francisco Guimarães lamentou, na apresentação do livro, que não haja vontade política de implementar o código com a finalidade de conferir segurança ao trânsito, existindo apenas um espírito arrecadatório:

– Paralelamente ao crescimento da arrecadação, prospera uma indústria de equipamentos detectores e registradores de infrações destinados a multar nas vias públicas, sem que se note a indispensável intenção de educar e prevenir, mas sim a de simplesmente reprimir para arrecadar – acrescentou Romeu Tuma.



Tuma espera que livro sirva de inspiração para se aprimorar o código